

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	37.825	71.053	CIRCULANTE	19.406	8.565
Disponibilidades	5.366	1.238	Outras obrigações	19.406	8.565
Títulos e valores mobiliários	19.617	61.817	Fiscais e previdenciárias	864	707
Carteira própria	19.617	61.817	Diversas	18.542	7.858
Outros créditos	12.842	7.998	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	110.790	107.364
Diversos	13.275	8.431	Outras obrigações	110.790	107.364
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(433)	(433)	Fiscais e previdenciárias	31.691	31.016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	241.591	215.663	Diversas	79.099	76.348
Títulos e valores mobiliários	187.571	170.694	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.220	170.787
Carteira própria	187.571	170.694	Capital	174.654	174.654
Outros créditos	54.020	44.969	De domiciliados no país	174.654	174.654
Diversos	54.020	44.969	Prejuízos Acumulados	(25.434)	(3.867)
PERMANENTE	-	-			
Intangível	-	-			
Ativos intangíveis	336	336			
Amortizações acumuladas	(336)	(336)			
TOTAL DO ATIVO	279.416	286.716	TOTAL DO PASSIVO	279.416	286.716

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil cotas)

	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.351	13.865
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.351	13.865
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	8
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	8
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.351	13.873
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(43.909)	(23.867)
Receitas de prestação de serviços	22.649	17.922
Outras despesas administrativas	(61.604)	(37.958)
Despesas tributárias	(3.212)	(2.540)
Outras receitas operacionais	1.820	2.401
Outras despesas operacionais	(3.562)	(3.692)
RESULTADO OPERACIONAL	(32.558)	(9.994)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(79)	84
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.637)	(9.910)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.070	2.977
Provisão para Imposto de Renda	-	1.354
Provisão para Contribuição Social	-	492
Ativo fiscal diferido	11.070	1.131
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(21.567)	(6.933)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654.195)	(123,49)	(39,69)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Ajustado	(32.547)	(9.236)
Prejuízo Líquido	(21.568)	(6.933)
Ajustes ao Prejuízo líquido:	(10.979)	(2.303)
Provisão (reversão) de passivos judiciais	607	(533)
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	(516)	(631)
Tributos Diferidos	(11.070)	(1.131)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(8)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	11.350	(3.976)
(Aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(2.310)	(4.717)
Aumento em outras obrigações	13.660	1.323
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(582)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(21.197)	(13.212)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	25.324	12.666
Caixa líquido originado nas atividades de investimento	25.324	12.666
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.128	(546)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	1.238	1.784
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	5.366	1.238

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	174.654	3.066	-	177.720
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	(6.933)	(6.933)
REVERSÃO DE RESERVAS PARA ABSORÇÃO DE PREJUÍZO	-	(3.066)	3.066	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	174.654	-	(3.867)	170.787
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	(21.567)	(21.567)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	174.654	-	(25.434)	149.220

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO LEVANTADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	243.660	207.446	CIRCULANTE	243.660	207.446
Disponibilidades	471	826	Obrigações diversas	243.660	207.446
Depósitos bancários	471	826	Obrigações com consorciados	111.095	94.875
Aplicações financeiras	102.855	85.348	Valores a repassar	1.530	1.449
Outros créditos	140.334	121.272	Obrigações por contemplações a entregar	75.657	62.086
Cheques e outros valores a receber	540	1.024	Obrigações com a Administradora	9	-
Direitos dos consorciados contemplados	139.794	120.248	Recursos a devolver a consorciados	39.608	35.506
Normais	138.939	118.832	Recursos dos grupos	15.761	13.530
Em atraso	855	1.416	COMPENSAÇÃO	2.008.465	1.290.336
COMPENSAÇÃO	2.008.465	1.290.336	Recursos mensais a receber de consorciados	18.694	14.284
Provisão mensal de recursos a receber de consorciados	18.694	14.284	Obrigações do grupo por contribuição	1.022.832	659.286
Contribuições devidas ao grupo	1.022.832	659.286	Bens a contemplar - valor	966.939	616.766
Valor dos bens a contemplar	966.939	616.766			
TOTAL DO ATIVO	2.252.125	1.497.782	TOTAL DO PASSIVO	2.252.125	1.497.782

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Ativos intangíveis

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o trimestre findo em 30 de junho de 2012, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 120 mil ao semestre, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	2011
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	87.198	77.342
Depósitos bancários	826	721
Cheques e outros valores a receber	1.024	316
Aplicações financeiras	85.348	76.305
(+) Recursos coletados	162.599	128.095
Contribuições para aquisição de bens	122.412	98.751
Taxa de administração	19.142	15.065
Contribuições ao fundo de reserva	3.681	2.946
Rendimento de aplicações financeiras	3.638	3.553
Multas e juros moratórios	580	511
Prêmios de seguro	2.393	1.537
Outros	10.753	5.732
(-) Recursos utilizados	145.931	118.239
Aquisição de bens	113.280	93.033
Taxa de administração	20.615	15.737
Multas e juros moratórios	289	255
Prêmios de seguro	2.679	3.148
Custas judiciais	8	9
Devolução a consorciados desligados	4.899	4.137
Despesas de registro de contratos	132	110
Outros	4.029	1.810
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	103.866	87.198
Depósitos bancários	471	826
Cheques e outros valores a receber	540	1.024
Aplicações financeiras	102.855	85.348

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Referido o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundos comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2012	2011
Quantidade de grupos administrados	217	159
Quantidade de consorciados ativos	54.943	38.232
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	34.155	21.907
Quantidade de bens entregues no semestre	3.609	2.817
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	1.746	1.362
Taxa de inadimplência	6,15%	4,06%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Administradora	
	2012	2011
Disponibilidades	5.366	1.238

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2012	2011	2012	2011
Certificados de Depósito Bancário - CDBs- Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	207.188	232.511	-	-
Quotas de fundos de investimento: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	102.855	85.348
Total	207.188	232.511	102.855	85.348

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2014, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 8,17% e 12,90%, das quais parte está relacionada aos recursos não procurados.
- (b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$ 75.657 (R\$ 62.086 em 2011).
- Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2012 e de 31 de dezembro 2011:

	2012			2011		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Administradora: Certificados de Depósitos Bancários	19.617	187.571	207.188	61.817	170.694	232.511

Grupos:	2012		2011		
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total	
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II		102.855	102.855	85.348	85.348

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2012	2011
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	433	433
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	10.036	7.871
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	27.353	16.107
Devedores por depósitos em garantia (c)	27.501	26.960
Outros	1.972	2.029
Total	67.295	53.400
Ativo circulante	13.275	8.431
Realizável a longo prazo	54.020	44.969

- (a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.
- (b) Referem-se a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado no montante de R\$ 1.779 (R\$ 5.484 em 2011), e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social de exercícios anteriores no montante de R\$ 8.257.
- (c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas explicativas nºs 13 e 14, respectivamente).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	108	39	108	39
Provisão para riscos fiscais	5.938	2.149	5.814	2.104
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	317	114	329	118
Provisão de valores a devolver para consorciados (ver nota explicativa nº 8)	2.935	1.057	2.935	1.057
Prejuízos Fiscais	7.082	2.549	-	137
Provisão para pagamento de comissões sobre vendas	2.780	1.001	1.355	488
Outros	834	450	1.184	439
Total do crédito tributário	19.994	7.359	11.725	4.382
	27.353		16.107	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	Valor Contábil				
	IRPJ		CSLL		Total
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	
2012	1.336	-	497	-	2.736
2013	1.336	-	497	-	2.736
2014	1.282	-	478	-	2.736
2015	1.282	173	478	104	2.736
2016	1.282	824	478	494	2.736
2017	1.282	1.283	478	770	2.736
2018	1.282	1.433	478	860	2.736
2019	1.282	1.490	478	894	2.736
2020	1.282	1.480	478	(572)	2.736
2021	1.267	399	468	-	2.729
Total de créditos tributários	12.913	7.082	4.808	2.550	27.353
Valor presente (*)	8.908	4.254	3.318	1.640	18.120

	2011			
	Valor Contábil			
	IRPJ	CSLL	Base Negativa	Total
Total de créditos tributários	11.725	4.245	137	16.107
Valor presente (*)	5.767	2.089	69	7.925

(*) Calculado com base na taxa SELIC.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetada pelo BACEN.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do semestre:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(32.637)	(32.637)	(9.910)	(9.910)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	8.159	2.937	2.477	892
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	(19)	(7)	(9)	(3)
Prejuízo fiscal não registrado	-	-	(380)	-
Imposto de renda e contribuição social credor no semestre	8.140	2.930	2.088	889
Total	11.070		2.977	

d) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para imposto de renda corrente			1.354	-
Provisão para contribuição social corrente			-	492
Constituição de crédito tributário	8.269	2.977	889	457
Constituição de passivo fiscal diferido	(129)	(47)	(158)	(57)
Total de créditos constituídos	8.140	2.930	2.088	892
	11.070		2.977	

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2012	2011
Valores a pagar a sociedades ligadas	545	742
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	62.654	59.895
Provisões para riscos (ver nota explicativa nº 10.a)		
Provisão para riscos cíveis	1.241	1.289
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	1.568	1.506
Provisão para riscos trabalhistas	27	26
Provisão para comissões (b)	11.119	5.445
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	11.739	11.739
Outros	8.748	3.564
Total	97.641	84.206
Passivo circulante	18.542	7.858
Exigível a longo prazo	79.099	76.348

- (a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora e deduzidos pela taxa de manutenção cobrada pela administradora.
- (b) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.
- (c) Refere-se à provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSLL do período de 1992 a 1996.
- (d) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2012	2011
Provisão para riscos fiscais (veja nota explicativa nº 10.a)	26.239	25.740
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	5.452	5.276
Impostos e contribuições a recolher	864	707
Total	32.555	31.723
Passivo circulante	864	707
Exigível a longo prazo	31.691	31.016

(*) Refere-se a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PASSIVOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos judiciais e obrigações legais:

	2012	2011
Obrigações legais tributárias:		
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	10.399	10.209
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.291	11.084
Programa de Integração Social - PIS	2.174	2.117
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.770	1.735
Subtotal das obrigações legais	25.634	25.145
Provisão para riscos tributários:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	605	595
Total da provisão para riscos fiscais e obrigações legais	26.239	25.740
Provisão para riscos cíveis	1.241	1.289
Provisão para riscos - outros passivos (veja nota explicativa nº 8.c)	1.568	1.506
Provisão para riscos trabalhistas	27	26
Total da provisão para riscos	29.075	28.561

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do 1º semestre de 2011	26.590	25	2.975	29.590
Constituição (Reversões) líquidas do período	663	1	(1.197)	(533)
Baixas do período	(7)	-	(489)	(496)
Saldo no final do 2º semestre de 2011	27.246	26	1.289	28.561
Constituição (Reversões) líquidas do período	561	1	45	607
Baixas do período	-	-	(93)	(93)
Saldo no final do 1º semestre de 2012	27.807	27	1.241	29.075
Depósitos em garantia - "Outros créditos"	25.634	-	1.867	27.501

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

Causas possíveis	2012		2011	
	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Cíveis	71	400	50	373
Posição em 30 de junho de 2012	71	400	50	373

Obrigações legais

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por ser a Administradora empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.
- CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação quanto aos valores pagos a título de CSLL nos anos-base 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser a Administradora empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser a Administradora empresa não empregadora.
- CPMF - a principal tese em discussão refere-se à mandado de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

Provisão para riscos fiscais

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativos a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas com base no risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$ 174.654 (174.654.195 quotas em 31 de dezembro de 2011).

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Prestação de serviços administrativos (a)	6.059	4.764
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	49.781	28.417
Sistema de comunicação	879	632
Sistema de processamento de dados	1.863	1.609
Prejuízos com consorciados	591	304
Outras	2.431	2.232
Total	61.604	37.958

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas no 1º semestre de 2012 - 33.751 cotas e no 2º semestre de 2011 - 19.448 cotas.

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Reversão de provisão	900	1.720
Atualização Monetária - Depósitos Judiciais	516	631
Atualização Monetária de Impostos a Compensar	386	36
Outras	18	14
Total	1.820	2.401

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Varição monetária e juros passivos (a)	2.629	2.668
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	500	585
Indenização por ações cíveis	93	346
Outras	340	(50)
Total	3.562	3.692

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos judiciais.

15. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2012	2011
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	292	497
Remuneração variável	-	221
Outros benefícios (Prêmios, Recisões e Benefícios)	143	-
Total	435	718

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares diretos.

e) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, podem ser resumidos como segue:

	Ativo(Passivo)		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Aplicações em CDBs	207.188	232.511	11.351	13.865
Outras obrigações - diversas	(205)	(302)	-	-
PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras obrigações - diversas	(341)	(440)	(6.059)	(4.764)
GMAC Corretora de Seguros S.A.-				
Outros créditos	-	1		

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adotam o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESÃO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI Nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora incluiu CSLL, COFINS e CPMF no montante total de R\$ 20.966, sendo R\$ 5.635 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 14.352 de juros, sem considerar os descontos do programa. Até o momento, a Administradora não realizou ajustes no seu balanço e resultado devido às incertezas geradas no entendimento da nova regulamentação.

Dessa forma, a Administradora assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento.

Em 30 de junho de 2012, o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

A DIRETORIA

CONTADOR:

Elio Pereira Sales - CRC 1SP212554/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2012 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2012 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 31 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5